



PLANEJAMENTO URBANO INCLUSIVO: ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E DIVERSIDADE LGBTQIAPN+

Território, cultura e identidades

RESUMO

Este estudo aborda a necessidade de um planejamento urbano inclusivo diante do envelhecimento populacional e da diversidade LGBTQIAPN+. O problema enfrentado será qual a importância da inclusão das necessidades específicas da população idosa LGBTQ+, no planejamento urbano? Os objetivos principais são destacar a importância da inclusão dessas questões no planejamento urbano e propor medidas para criar cidades mais acolhedoras e igualitárias. A abordagem metodológica qualitativa envolve revisão bibliográfica e análise de dados demográficos. Conclui-se que o planejamento urbano inclusivo visa garantir direitos à cidade para todos, minimizando a segregação residencial, social e subjetiva, e promovendo ambientes acolhedores e acessíveis.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotará a pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa dentro de uma abordagem qualitativa, eis que apresenta “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números apenas” (Kauark; Manhães e Medeiros, 2010, p. 26).

Utilizar-se-á o método de abordagem dedutivo (Lakatos; Marconi, 2003). O procedimento utilizado consistirá na revisão bibliográfica e análise de dados demográficos.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o relatório do IBGE (2023), com base nos dados do Censo Demográfico 2022, a população de pessoas idosas residentes no Brasil atingiu um total de 32.113.490, representando um aumento de 56,0% em comparação com o censo de 2010. Dentre essa população, 55,7% eram mulheres, enquanto 44,3% eram homens. O documento detalha várias características observadas na população com 60 anos ou mais (Brasil, 2003), incluindo desagregações geográficas, faixas etárias e gênero onde a designação de sexo é baseada na coleta da variável de acordo com as categorias masculino e feminino, levando em consideração o sexo biológico atribuído no nascimento.

Ainda, de acordo com dados do IBGE de 2019, cerca de 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais. Pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) demonstraram que 19 milhões de pessoas se identificam como assexuadas, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e não binárias. Essa discrepância evidencia a complexidade da diversidade LGBTQ+ e a necessidade de reconhecer e atender a diversas identidades (Spizzirri, *et al.*, 2022).

Estima-se que, no Brasil, mais de 3,1 milhões de pessoas idosas se identificam como LGBTQ+. Esses números são importantes para o planejamento urbano, pois demonstram a necessidade de espaços e serviços que atendam a essa população, garantindo qualidade de vida em todas as fases da vida (Fernandes, 2020).

O planejamento urbano, que corresponde a um processo que envolve a coordenação de ações tanto por parte das autoridades públicas como da sociedade civil, com o objetivo de moldar o desenvolvimento das cidades (Souza, 2015), precisa englobar na elaboração de planos, programas e projetos urbanos, aspectos multidimensionais para que a população tenha direito à cidade.



A Nova Agenda Urbana, proposta pela ONU-Habitat, reforça a necessidade de inclusão social e a participação da comunidade no desenvolvimento urbano e, ressalta a importância de um desenvolvimento urbano inclusivo, no qual o planejamento deve levar em consideração além do crescimento econômico, a inclusão social (ONU-Habitat, 2020).

Destaca-se que o processo de produção do espaço por vezes perpetua normas hetero-cis-normativas que restringem o acesso e o uso das cidades (Cardoso; De Estefani, 2023). Assim, um planejamento urbano que não se pauta por políticas públicas inclusivas, acaba por promover a segregação socioespacial de grupos sociais estigmatizados, tornando-os ainda mais excluídos, e a cidade mais desigual. A segregação socioespacial refere-se a dois tipos de segregação que são prevalentes nas cidades: a segregação residencial e a segregação social (Sabatini, Cáceres e Cerda, 2001).

A segregação residencial muitas vezes resulta em áreas onde grupos populacionais diversos, muitas vezes divididos por classes sociais, ocupam diferentes partes do território urbano, levando à desigualdade no acesso a serviços e recursos urbanos. Já a segregação social vai além da mera residência e está relacionada ao compartilhamento efetivo de espaços de interação. Espaços públicos, como parques, praças e áreas de lazer, desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social (Sabatini, Cáceres e Cerda, 2001).

Além disso, a segregação subjetiva, que envolve a percepção do isolamento, a estigmatização de grupos sociais e lugares, e a identificação de áreas tidas como inseguras ou indesejáveis. Essa forma de segregação pode afetar a qualidade de vida das pessoas e sua capacidade de desfrutar da cidade de maneira plena (Álvarez-Rivadulla; Montero; Santamaría, 2019).

Assim, o planejamento urbano que visa a construção de cidades mais sustentáveis e inclusivas e com qualidade de vida, requer uma análise das dimensões de segregação, e as complexas intersecções das questões de envelhecimento da população e da diversidade LGBT+.



RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

A análise do envelhecimento populacional e da diversidade LGBTQ+ se relaciona com a Sessão Temática 6, pois a discussão sobre planejamento urbano deve considerar além dos aspectos físicos, os culturais e identitários, e refletir os modos de vida e as práticas sociais desses grupos. Compreender e enfrentar as desigualdades de idade, gênero, raça e classe é essencial para promover cidades mais justas e igualitárias, evitando a segregação socioespacial e garantindo o direito à cidade para todos os seus habitantes em todas as idades.

REFERÊNCIAS.

ÁLVAREZ-RIVADULLA, María José; MONTERO, Sergio; SANTAMARÍA, Sebastián Villamizar. **Hacia Ciudades Incluyentes: El ODS 11 y el Reto de la Segregación Socio-Espacial en América Latina**. CODES, Universidad Los Andes, n. 3, dezembro de 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338048720_Hacia_Ciudades_Incluyentes_El_ODS_11_y_el_Reto_de_la_Segregacion_Socio-Espacial_en_America_Latina. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. **Estatuto da pessoa idosa: Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 21 ago. 2023.

CARDOSO, Maria Fernanda Alves; DE ESTEFANI, Gabriel Gimenes. **Quem tem direito à cidade? a identidade de gênero travesti**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 22, n. 2, p. 186-198, 2023.

FERNANDES, Yuri. **Não estamos vendo ou não queremos ver nossos idosos LGBTQ?** Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/12/nao-estamos-vendo-ou-nao-queremos-ver-nossos-idosos-lgbt.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **Em pesquisa inédita, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019**. Agência de Notícias. 2022. Rio de



Janeiro: Agência IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 21 ago. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Pessoas de 60 anos ou mais de idade.** Resultados do universo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: Agência IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=38254>. Acesso em: 03 nov. 2023.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: Um guia prático.** Itabuna: Via Littrorum, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ONU-HABITAT. **A Nova Agenda Urbana. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.** 2020. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>.

SABATINI, Francisco; CACERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. **Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción.** EURE (Santiago), Santiago, v. 27, n. 82, p. 21-42, dic. 2001. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612001008200002&lng=es&nr=m=iso>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos de planejamento urbano e gestão urbana.** In: SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 45-59.

SPIZZIRRI, G. et al. **Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence.** Scientific Reports, v. 12, n. 1, 1 jul. 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-022-15103-y>. Acesso em: 21 ago. 2023.